SEVEN
publicações acadêmicas

COGNIÇÃO E NORMAS: UM ARCABOUÇO CONCEITUAL PARA ABORDAR O NEGACIONISMO E A COMUNICAÇÃO DISSONANTE EM DILEMAS EM SOCIAIS

https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-196

Leandro Frederico Ferraz Meyer
Doutor em Economia Aplicada
Universidade Federal Rural da Amazônia
leandroffmeyer@ufra.edu.br
Orcid.org/0000-0002-5898-8571
ID Lattes: 0022091921157418

RESUMO
Como explicar o negacionismo, a resistência a medidas sanitárias e a proliferação de narrativas contrárias ao que se supunha ser o senso comum? Embora uma possível resposta a essa questão aponte para diferenças demográficas, sociais e econômicas, o artigo objetiva expor a influência decisiva dos modelos mentais e dos sistemas de valores dos indivíduos. Como preparação para testar essas conexões, introduzimos um arcabouço conceitual que integra a abordagem Habermasiana da comunicação com a psicologia do desenvolvimento moral e a Escola de Bloomington, de análise institucional. Resultados de experimentos reportados em outro lugar corroboram a hipótese de que a capacidade de resolver dilemas sociais comunicativamente, sem coerção, requer perspectivas sociais e estruturas cognitivas que emergem tardiamente da ordem de desenvolvimento moral dos indivíduos.

Palavras-chave: Dilemas sociais. Ética do discurso. Memes valorativos. IAD framework.

1 INTRODUÇÃO

O efeito positivo da comunicação na governança de recursos comuns (*common-pool resources*) e oferta de bens públicos (*public goods*) vêm sendo demonstrado há bastante tempo na literatura sobre dilemas sociais e ação coletiva (Bowles, 2016; Mak e Rapoport, 2013; Balliet, 2009; Bochet e Putterman, 2008; Sefton *et al.*, 2007; Bicchieri e Lev-On, 2007; Cardenas et al., 2004. Camerer, 2003, Ostrom e Walker, 2003).

O ensejo dessas pesquisas prendeu-se, de início, às falhas de previsão oriundas do modelo canônico de escolha racional, em teoria econômica. Dado o conflito básico entre os ganhos individuais e coletivos que caracteriza aquelas situações, o modelo de escolha racional prevê que oportunidades de comunicação não terão qualquer influência nas escolhas dos participantes, sendo inútil para evitar a superexploração dos recursos comuns (CPRs) ou a sub oferta de bens-públicos (Harsanyi e Selten, 1988).

Habermas foi um dos primeiros teóricos a identificar a natureza epistemológica do problema e a trazer uma abordagem cognitivista das escolhas normativas para a tarefa de explicar a lógica da ação coletiva (Heath, 2001). Por meio da sua crítica, Habermas restabelece a conexão interna (racional e dialógica) entre o conteúdo moral das normas propostas e os fundamentos justificadores empregados na argumentação dos agentes que interagem na esfera pública, buscando chegar a acordos para gerir coletivamente assuntos de interesse comum.

Os mais recentes desenvolvimentos na análise das condições e incentivos que afetam as escolhas normativas dos indivíduos em dilemas sociais conferem atenção crescente para os processos cognitivos, os modelos mentais, os sistemas de valores e a linguagem (Aligica, e Boettke, 2009; Ostrom, 2005; Mantzavinos, *et al*, 2004). Contudo, esses desenvolvimentos ainda operam quase inteiramente sob pressupostos epistemológicos que negam conteúdo cognitivo às "questões morais" e conduzem à uma concepção de racionalidade exclusivamente instrumental (Heath, 2001).

Os efeitos das oportunidades de comunicação entre os participantes são interpretados no âmbito das interações estratégicas e atribuídos à incorporação de informações sobre a situação atual do recurso, as consequências de escolhas passadas e as reputações dos demais envolvidos, por exemplo, ao processo decisório de agentes com racionalidade limitada (Simon, 1955). Normas morais e julgamentos de valor que afetem as escolhas dos sujeitos são vistas como um repertório de hábitos, instintos ou sentimentos morais fixados por meio de processos adaptativos (evolucionários) deslocados da arena da ação presente (Nowak e Highfield, 2011; Ostrom, 2005; Bowles e Gintis, 2002; Boyd e Richerson, 1990, 1992). Em outras palavras, segundo a abordagem convencional, a comunicação é vista como um simples mecanismo de troca de sinais, e não como um acontecimento que, nas palavras de Marcondes Filho (2019, p. 11), ainda que raro, "tem a capacidade de promover mudanças de valores, posicionamentos políticos, orientações morais, inclusive uma reordenação de vida na pessoa".

As dificuldades para promover as mudanças comportamentais necessárias ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 (e.g. usar máscara, manter o distanciamento social, se vacinar) conferiram nova significância à crítica epistemológica do fenômeno comunicacional, em especial aquela que sustenta a abordagem Habermasiana dos dilemas sociais. O negacionismo e a resistência às vacinas, em particular, denotam escolhas que extrapolam o maior ou menor conhecimento das tecnicidades envolvidas ou o acesso a outras informações relevantes. Sustentamos tratar-se de decisões dirigidas por estruturas cognitivas complexas, compostas por diferentes perspectivas sociais, conceitos de autoridade e justiça, expectativas e motivações para agir, e cujas racionalidades são estabelecidas por meio de argumentações e narrativas construídas no interior de diferentes coletivos (Latour, 2020).

Nessa perspectiva, podemos entender a raridade das transformações qualitativas que marcam os processos comunicacionais autênticos, na visão de Marcondes Filho (2011, 2019), como decorrentes de modos de intencionalidade e disposições motivacionais fechadas para o novo, e para o outro.

No âmbito da pesquisa experimental, a divisão de trabalho, proposta por Habermas (1990), entre a filosofia moral que sustenta a sua ética do discurso, de um lado, e a psicologia do desenvolvimento, de outro, fornece uma base teórica robusta para a formulação de hipóteses testáveis envolvendo as escolhas dos indivíduos em dilemas sociais, incluindo os problemas de adesão às medidas de controle da pandemia de Covid-19. Neste artigo, desenvolvemos este argumento e apresentamos uma estratégia empírica baseada em experimentos sobre provisão de bens públicos e gestão coletiva de recursos comuns (CPRs).

De início, situamos a natureza das escolhas diante da crise sanitária como pertencente à classe de problemas de ação coletiva. Em seguida, sumariamos a crítica epistemológica de Habermas, assentamos a base teórica da adesão voluntária a compromissos normativos em dilemas sociais e reunimos essa base ao arcabouço conceitual da Escola de Bloomington. O artigo conclui com breves considerações sobre a estratégia empírica para testar o poder preditivo/explicativo da abordagem Habermasiana, em face da crise atual.

2 CRISE SANITÁRIA: A NOVA "TRAGÉDIA DOS COMUNS"

Dilemas sociais incluem uma variedade de situações nas quais os interesses individuais e coletivos conflitam. Em um dilema social, as escolhas racionais dos indivíduos geram o resultado paradoxal de que todos ficam em pior situação. Diz-se que os indivíduos enfrentam um "dilema" porque uma situação melhor para todos pode ser alcançada por meio da cooperação para uma ação

coordenada[1]. Mas, dadas as condições institucionais que configuram o dilema[2], não há incentivo para que os participantes aceitem os custos de sustentar essa cooperação (Ostrom, 2007).

A ilustração arquetípica dos dilemas sociais foi celebrizada por Garret Hardin (1968), em seu famoso artigo na *Science*: *The Tragedy of the Commons* (A Tragédia dos Comuns). Logo no início, o autor situa os dilemas sociais como membros de uma classe de problemas para os quais não há solução técnica, e cuja saída requer mudanças nos valores e nas ideias de moralidade (Hardin, 1968, p. 1243). Ostrom (2005), igualmente, atenta para que a natureza moral das escolhas em dilemas sociais demanda teorias que tratem da formação de valores intrínsecos – atribuídos às ações em si – e da valorização subjetiva dos interesses, necessidades e resultados coletivos.

Diversos autores reconheceram que as alternativas comportamentais para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 possuem correspondência estrutural com o arquétipo da tragédia dos comuns, configurando um dilema social em grande escala (Harring *et al.*, 2021; Meyer, 2021; Kovac *et al.*, 2020; Lunn *et al.*, 2020; Chiaravalloti, 2020; Silva, 2020). As limitações de acesso às vias e locais públicos, por exemplo, são problemas correlatos à governança de recursos comuns, e o uso de máscara implica na aceitação de um custo individual para a oferta de um bem público (saúde coletiva). Maaravi *et al.* (2021), em particular, investigaram como as atitudes individualista e coletivista influenciaram nas taxas de disseminação do coronavírus em diferentes sociedades. No estudo dos autores, aquelas atitudes foram acessadas por meio do *índice Hofstede* de individualismo da cultura nacional, isto é, de forma agregada.

Neste estudo, situamos essas posturas no âmbito da tipologia de ações de Habermas (1990), e em conexão com as transformações que marcam o desenvolvimento da consciência moral dos indivíduos, em direção à ética do discurso. Esse referencial conduz a hipóteses testáveis quanto às chances de se produzir as mudanças comportamentais preconizadas pela ciência para o enfrentamento da crise sanitária, por meio do discurso moral de conscientização.

O significado daqueles testes, contudo, requer admitir a racionalidade das justificações morais e do cumprimento voluntário de acordos verbais em dilemas de ação coletiva. A base para essa admissão é provida pela crítica Habermasiana ao fundacionalismo. A aceitação dessa crítica permite integrar a teoria de Habermas ao esquema analítico da Escola de Bloomington sobre comunicação e mudança institucional em dilemas sociais.

[1] No caso dos recursos comuns (CPRs) a coordenação visa limitar a apropriação privada do recurso. No caso dos bens públicos, visa aumentar a oferta do bem.

[2] No caso dos recursos comuns, as condições fazem com que os custos de uso do recurso sejam distribuídos entre todos os usuários (externalidades negativas), ao passo que os benefícios são privados. No caso dos bens-públicos, as condições impedem que aqueles que não aceitam os custos privados da oferta do bem sejam excluídos dos seus benefícios (externalidade positiva).

3 HABERMAS E OS OSTROM: AFASTANDO A BARREIRA EPISTEMOLÓGICA À CONSIDERAÇÃO DA AÇÃO COMUNICATIVA NOS ESTUDOS SOBRE DILEMAS SOCIAIS

Conforme indicado na Introdução, nossa proposta metodológica para o tratamento de dilemas sociais requer integrar a abordagem habermasiana, comunicacional, dialógica, dos problemas de ação coletiva, com o arcabouço conceitual provido pela Escola de Bloomington. Sob a liderança da Prêmio Nobel Elinor Ostrom[3], a Escola de Bloomington emergiu como um dos mais dinâmicos, reconhecidos e produtivos centros do movimento da Nova Teoria Institucional (Aligica e Boetkkle, 2009). Bem enraizada na herança intelectual provida por autores como Locke, Montesquieu, Hume, Adam Smith, Hamilton, Madison e Tocqueville, a proeminência da Escola é atribuída ao sucesso do seu modo único de combinar múltiplas abordagens teóricas com um empiricismo intransigente. Esse modo é provido, em grande medida, pelo arcabouço analítico denominado *Institutional Analysis and Development (IAD) framework*.

O *IAD framework* oferece as bases conceituais por meio das quais a analista pode investigar o poder preditivo de teorias ou modelos analíticos concorrentes ou complementares, em face dos diferentes contextos em que as decisões dos agentes acontecem, concretamente (Ostrom, Gardner e Walker, 2002). As pesquisas dirigidas pelo *IAD framework* exploram limites e complementaridades teóricas num amplo expecto das ciências sociais e das humanidades, incluindo a economia política clássica, a moderna teoria microeconômica, a economia dos custos de transação, economia institucional, teorias de escolha pública, direito, sociologia e teoria política. Para Baiard (2011), a premiação de Elinor Ostrom teve o caráter de reconhecimento da sua "visão unificada das ciências humanas". Contudo, o que a Escola de Bloomington não faz é vencer a barreira epistemológica que conduz ao não-cognitivismo moral. Em todo espectro das análises orientadas pelo *IAD framework*, os julgamentos morais são vistos como expressão de hábitos, costumes ou emoções socializantes que podem efetivamente influir no processo decisório na medida em que integram as preferências dos agentes (Bowles e Gintis, 2002), mas que não podem ser justificados racionalmente.

Heath (2001) explica que a crença na impossibilidade de justificação racional do seguimento de normas morais (o não-cognitivismo moral) depende de uma concepção específica de racionalidade e justificação conhecida como *fundacionalismo*, e que busca fornecer uma resposta para o problema fundamental da epistemologia: o problema da regressão infinita.

O problema expressa a compreensão de que, ao tentar-se justificar qualquer declaração, só existem duas formas de interromper o ciclo de regressão infinita dos argumentos: ou se usa a conclusão

[3] Em 2009, por suas análises da governança econômica, Elinor Ostrom dividiu o Prêmio Nobel em Economia com Oliver E. Williamson.

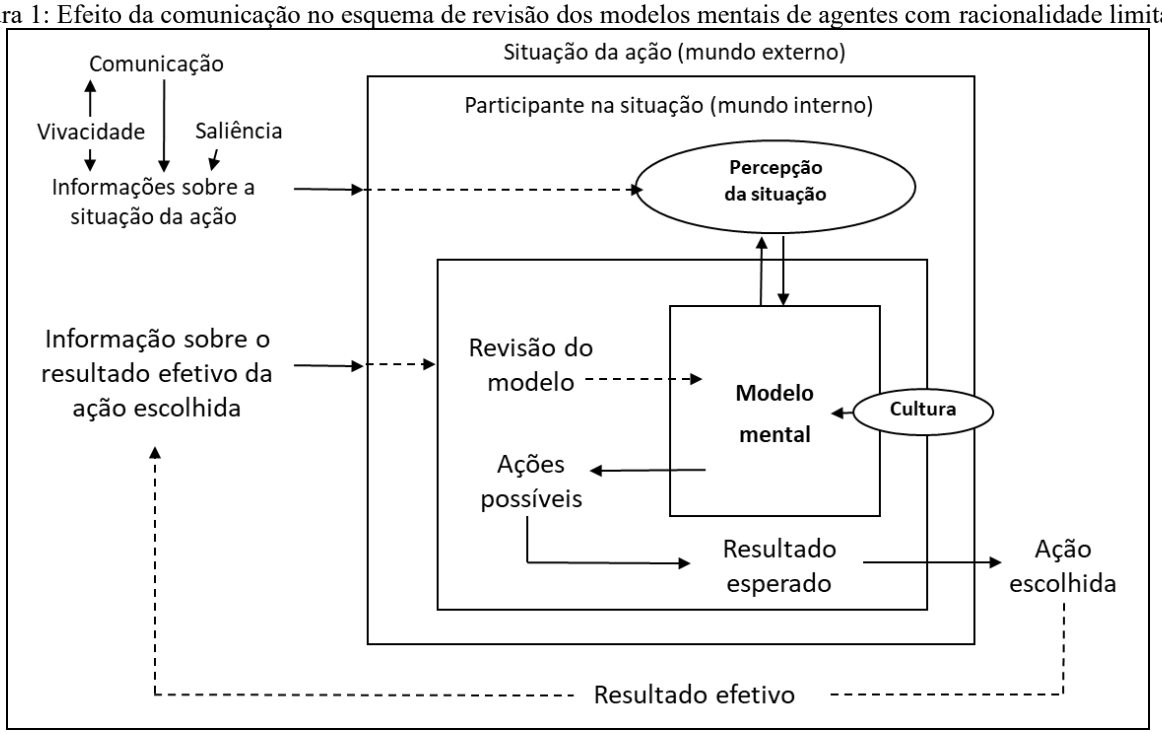
como premissa (raciocínio circular) ou simplesmente se rompe a cadeia de razões por meio de uma declaração aceita como evidente, isto é, que prescinda que qualquer justificação.

O fundacionalismo representa um exemplo da última estratégia (Heath, 2001, p. 197), sustentando haver uma classe de crenças fundamentais (ou fundacionais) que seriam intrinsecamente justificadas (evidentes por si mesmas) em virtude de seu conteúdo empírico (fundado apenas em percepções sensoriais). Uma vez que as reivindicações de validade dos julgamentos morais e dos compromissos normativos não podem ser assentadas em percepções do mundo físico, a visão fundacionalista conclui que esses julgamentos são essencialmente não cognitivos.

A aderência tácita da Escola de Bloomington ao não-cognitivismo moral fica evidente no modo como Elinor Ostrom (2005) incorpora a sugestão de Frohlich e Oppenheimer (2001) acerca do papel exercido pela "vivacidade" e "saliência" dos sinais percebidos numa dada situação, para introduzir as oportunidade de comunicação no modelo provido pelo novo "cognitivismo institucional" (Denzau e North, 2001; Mantzavinos *et al*. 2004), que trata da mudança institucional sob a ótica da cognição e da aprendizagem (Figura 1).

No esquema da Figura 1, os modelos mentais são entendidos como representações que o agente faz da situação da ação e como base das suas expectativas quando aos resultados das ações escolhidas. Isoladamente, a aprendizagem do agente é vista como um processo de revisão dos modelos mentais, segundo a lógica Skinneriana, isto é, na base do reforço (positivo ou negativo) das expectativas. De acordo com esse esquema, as crenças dos agentes consistem basicamente em modelos mentais cristalizados por reiteradas expectativas reforçadas positivamente (Mantzavinos *et al*., 2004).

Figura 1: Efeito da comunicação no esquema de revisão dos modelos mentais de agentes com racionalidade limitada.



Fonte: Ostrom (2005), adaptado de Denzau e North (2001).

Admitindo que “prestar atenção é custoso”, Frohlich e Oppenheimer (2001, p. 8) xplicam que vivacidade e saliência são atributos que funcionam como uma espécie “chave” no deslocamento da atenção de um elemento para outro, dentro da variedade de sinais presentes no ambiente da ação. No âmbito da Figura 1, os sinais mais vivazes e salientes dizem respeito aos resultados efetivos das ações escolhidas.

Uma vez que o fundamento epistemológico não admite a possibilidade de justificação dos compromissos normativos, a comunicação entre os agentes fica impedida de prover suporte racional para reivindicações de validade de uma dada regra de interação (e.g. distanciamento social, passaporte da vacina), em preferência a qualquer alternativa factível. A interpretação da natureza da comunicação tem o foco desviado da questão normativa, central em toda a análise institucional, para focalizar as representações corretas das cadeias causais e circuitos de *feedback* (e.g. relação entre distanciamento social e casos de Covid-19, por exemplo).

Admite-se então que as informações trocadas sobre essas relações causais afetam a percepção que o agente tem da situação da ação e contribuem para a convergência dos modelos mentais dos participantes. Essa convergência eventualmente se cristaliza na forma de instituições que, vistas pelo seu lado “interno”, não passam de modelos mentais de soluções compartilhadas para problemas recorrentes.

A chamada “abordagem cognitiva” das instituições também não insiste na racionalidade das escolhas que levam às regras de interação, preferindo tratar a ordem social como um resultado emergente (não intencional) do seguimento de convenções, regras ou normas morais estabilizadas da forma descrita (Mantzavinos *et al*., 2004, p. 77).

Contudo, ao situar-se no campo do não-cognitivismo moral, este posicionamento frusta o fim maior da Escola de Bloomington (Ostrom, V. 1991, p 3), que busca prover uma resposta positiva à pergunta de Alexander Hamilton, no parágrafo de abertura do *The Federalist*, sobre “se as sociedades são realmente capazes ou não de estabelecer um bom governo a partir da reflexão e da escolha, ou se estão para sempre destinadas a depender do acaso e da força para as suas constituições políticas” (Aligica e Boettke 2009, p. 83).

Ocorre que a epistemologia fundacionalista tem sido crescentemente desacreditada, em grande parte devido à chamada virada linguística[4], sendo Habermas um dos primeiros teóricos a aplicar uma concepção não-fundacionalista de racionalidade e justificação para explicar a lógica da ação coletiva (Heath, 2001. p. 2).

[4] A chamada virada linguística é uma metáfora, de contornos não são muito nítidos, referente ao fracasso do positivismo lógico e da concepção representacionalista da linguagem, no campo da epistemologia. Para Habermas (1990a), a virada linguística expressa uma mudança de paradigma epistemológico, que desloca o foco do “sujeito” para a “linguagem”, questionando os universalismos e as essências, e enfatizando a construção linguística e histórica das visões de mundo (Fontes, 2020).

Seguindo o esboço de Heath (2001), a visão de Habermas tem dois componentes básicos. Em primeiro lugar, Habermas afirma que as preocupações não-cognitivistas sobre a verdade dos julgamentos morais só são importantes se assumirmos que a verdade indica algum tipo de correspondência entre sentenças e o estado das coisas no mundo[5]. Se negamos que esse tipo de "objetividade" desempenhe qualquer papel nas reivindicações de verdade associadas às crenças, então nossa capacidade de justificar crenças não tem nada a ver com referências ao mundo físico. Da mesma forma, quando o relativista questiona a justificação final dos julgamentos morais, o argumento só é persuasivo se pressupormos uma concepção monológica de justificação racional, ou seja, quando a justificação é tratada tacitamente como um processo que remete, essencialmente, à relação entre os estados cognitivos do agente e os objetos de representação.

Nota-se que essas suposições têm o efeito de reduzir todas as práticas públicas de justificação a um papel secundário ou derivado. No entanto, se assumirmos, como Habermas, que a justificativa é sempre dialógica – um processo que envolve a tentativa de justificar algo para outra pessoa, de modo que a justificação para os outros é tomada como o fenômeno primário – então não há qualquer razão *a priori* para pensar que questões morais sejam menos solúveis do que as questões empíricas ou científicas.

Apesar do tom revolucionário dessa virada epistemológica (linguística), Heath (2001, p. 198) observa que a razão pela qual muitos teóricos têm aceitado dar esse passo mais radical é que o fundacionalismo não oferece justificativa persuasiva para nenhum tipo de crença, incluindo as empíricas. De fato, a concepção dialógica de justificação contribui mais para a compreensão do problema, apontado por Mantzavinos *et al*. (2004, p. 76), acerca da persistência de modelos mentais que parecem não interpretar corretamente os fenômenos. Do mesmo modo, a concepção dialógica fornece uma base racional para compreender o negacionismo e a proliferação, nas redes socias, de teorias conspiratórias e narrativas mais dissonantes sobre todos os assuntos, como expressões dos modos de justificação característicos dos diferentes coletivos ou grupos de interesse nos quais elas se formam.

No que tange ao nosso propósito de integrar a ação comunicativa, de Habermas, no arcabouço conceitual da Escola de Bloomington, a primeira coisa a se notar é que a teoria de Habermas é uma teoria tipológica (Heath, 2001, p. 13). Habermas não rejeita, nem exclui a racionalidade instrumental, e sim toma como ponto de partida que os agentes têm acesso a um conjunto de diferentes padrões de escolha ou lógicas de ação.

A tipologia básica de ações elementares e sociais de Habermas é ilustrada na Figura 2. A ação comunicativa é uma ação regida por uma norma ou lógica específica, qual seja: a de alcançar o

[5] Habermas está se referindo à Teoria da Correspondência.

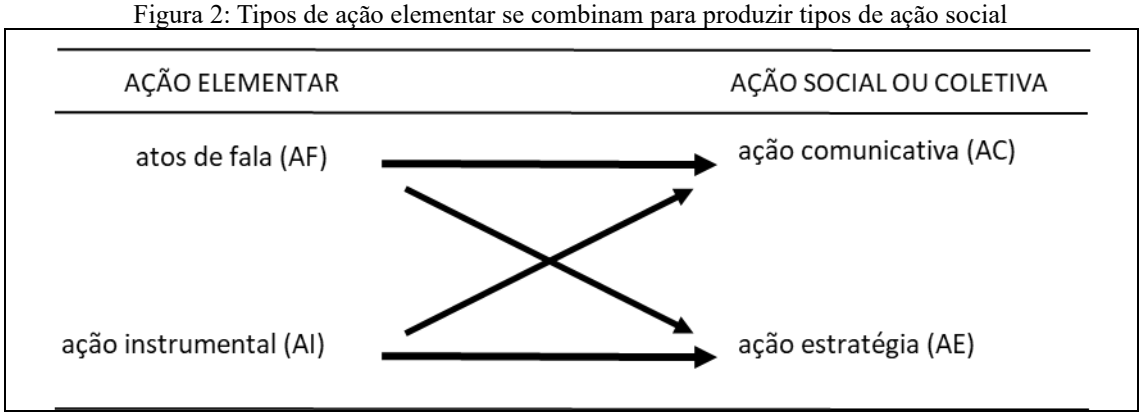
entendimento mútuo, enquanto a ação instrumental é uma ação regida por um padrão diferente: o de obter sucesso ou alcançar um resultado pretendido.

De acordo com a tipologia de Habermas, agentes racionais engajados na ação social sempre enfrentam o problema da interdependência das expectativas, o qual pode ser resolvido com base nos recursos da ação instrumental ou da fala. Quando os atores estão interessados principalmente nos resultados, a ação social torna-se ação estratégica, no sentido padrão da teoria dos jogos, na base *framework* da escola de Bloomington. No entanto, quando a fala é usada para coordenar as expectativas, produz-se a forma de interação que Habermas denomina *ação comunicativa* (Habermas, 1990b, p. 133).

Este esquema básico é indicado pelas linhas retas na Figura 2. A linha oblíqua ascendente indica que a ação comunicativa não é o mesmo que a fala. Assim como a ação estratégica, a ação comunicativa também pressupõe a estrutura teleológica básica da ação, na medida em que os atores continuam a conduzir seus planos para alcançar um determinado estado de coisas. Nas palavras de Habermas, os dois tipos de ação social diferem em que "para o modelo de ação estratégica, basta uma descrição estrutural da ação diretamente orientada para o resultado, enquanto o modelo de ação orientada para o entendimento deve especificar as proposições de um acordo a ser alcançado comunicativamente", de modo a coordenar as expectativas dos agentes em interação. Em outras palavras, quando engajados em ações comunicativas, os atores assumem estar "preparados para harmonizar seus planos de ação por meios internos, comprometendo-se a perseguir os seus objetivos apenas na condição de um acordo – já existe ou um a ser negociado – sobre as definições da situação e os resultados esperados" (Habermas, 1990b, p. 134). A produção deste acordo não significa que os agentes tenham chegado a um consenso sobre questões substantivas (e.g. julgamentos de valores), diversamente percebidas no dilema comum, mas tão somente que tenham concordado em cumprir as normas do acordo alcançado.

Ocorre que tanto a experiência comum como resultados de experimentos controlados (Ostrom *et al.*, 2003; Meyer 2010) comprovam que acordos verbais em dilemas de ação coletiva são frequentemente desrespeitados. Na Figura 2, essa possibilidade é mostrada pela linha oblíqua descendente. A linha indica que os atos de fala também podem ser usados em interações estratégicas, precisamente no intuito de influir nas expectativas e ações dos outros agentes de modo vantajoso para os objetivos do ator em questão.

Figura 2: Tipos de ação elementar se combinam para produzir tipos de ação social



Fonte: adaptado de Heath (2001, p. 25)

É neste ponto, ao considerar as diferenças empíricas quanto à medida em que diferentes coletivos ou sociedades dependem de procedimentos explicitamente discursivos para garantir a integração social, que Habermas encontra na psicologia do desenvolvimento – notadamente nos modelos de Laurence Kohlberg e Robert Selman – uma verificação indireta da validade da sua reconstrução histórica do desenvolvimento da ação comunicativa[6] (Quadro 1).

O objetivo dessa reconstrução é demonstrar que a ação comunicava requer capacidades sociocognitivas mais complexas do que as exigidas para a ação estratégica, e por essa razão emergem mais tardiamente na ordem do desenvolvimento moral dos indivíduos. Segundo Habermas (1990), são essas estruturas tardias, no estágio pós-convencional, que capacitam os indivíduos a interagir e resolver disputas por meio da argumentação. Nessa fase, o indivíduo deve ser capaz de cotejar a autoridade investida nas normas existentes na sociedade com aquela que emana dos seus ideais, e resolver o conflito motivacional entre autonomia e heteronomia por meio da proposição de soluções baseadas em princípios e em processos de justificação das normas.

Contrariamente, nos estágios pré-convencional e convencional de interação, a conformidade com modos recomendados de comportamento requer seguir regras ou normas apresentadas por autoridades externas. No estágio pré-convencional, os conceitos de autoridade, motivação e justiça coalescem numa perspectiva social egocêntrica. Nessa fase, a aderência a regras ou normas sociais ocorre, tipicamente, em face de expectativas de obter vantagem individual ou de evitar desvantagem decorrente de críticas, repreensões ou outras penalidades críveis.

O estágio convencional se define pela capacidade de apoiar o seguimento de regras no sentimento íntimo de responsabilidade (e.g. com a saúde pública). Em dilemas de ação coletiva, esse sentimento, quando existe, se contrapõe à inclinação, como motivo que emerge da possibilidade de obter ganhos pessoais maiores ou mais imediatos. A conformação das escolhas e ações a regras que contrariam essa inclinação pressupõe a internalização de conceitos de autoridade supraindividual ou

[6] Essa reconstrução se baseia numa interpretação dos estudos de Emile Durkheim e George Herbert Mead.

coletiva, aos quais o indivíduo adere por lealdade ou pelo reconhecimento da sua legitimidade (Quadro 1).

Uma vez aceita a crítica epistemológica que sustenta a possibilidade de justificação racional dos compromissos normativos (cognitivismo moral), a tipologia de ações, de Habermas (Figura 1), e suas conexões com a psicologia do desenvolvimento sociocognitivo (Quadro 1) podem ser coerentemente integradas à abordagem da Escola de Bloomington para fazer a ligação entre comunicação, aprendizagem e mudança institucional (Figura 1). Esta integração está ilustrada na Figura 3.

Quadro 1: Conexões entre os tipos de ação, de Habermas, e as estruturas cognitivas associadas aos julgamentos morais, de Kohlberg

Tipos de ação (Habermas)	**ESTRUTURAS COGNITIVAS**				
	Estrutura de perspectivas	**Conceitos de autoridade**	**Conceitos de motivação**	**Perspectivas sociais/conceitos de justiça**	**Estágios de julgamento moral (Kohlberg)**
Pré-convencional Interações controladas por autoridade Cooperação baseada no interesse próprio.	Interligação recíproca de perspectivas de ação (Selman – Nível 2)	Autoridade da pessoa de referência: vontade sancionada externamente	Lealdade à pessoa de referência: orientação por recompensa e punição	Perspectiva egocêntrica / Complementaridade entre ordem e obediência Perspectiva egocêntrica / Simetria de compensações	1. Punição e obediência 2. Hedonismo instrumental ingênuo
Convencional Comportamento controlado pelo papel social Interações governadas por normas	Coordenação das perspectivas do participante e do observador (Selman – Nível 3)	Internalização da autoridade da vontade supraindividual: lealdade Internalização da autoridade da vontade impessoal coletiva: legitimidade	Obrigação *versus* inclinação	Perspectiva do grupo primário / Conformidade às regras Perspectiva da coletividade / Conformidade ao sistema de normas existentes	3. Moralidade do bom garoto, boa garota 4. Moralidade da lei e da ordem
Pós-convencional Ação comunicativa (ética do discurso)	Integração das perspectivas do agente e do mundo (Habermas – orientação descentrada do mundo)	Ideais *versus* validade social	Autonomia *versus* heteronomia	Perspectiva dos princípios / Orientação por princípios de justiça Perspectiva dos procedimentos / Orientação pela justificação de normas	5. Moralidade do contrato democrático 6. Moralidade dos princípios individuais

Fonte: adaptado de Habermas (1990b, p. 166).

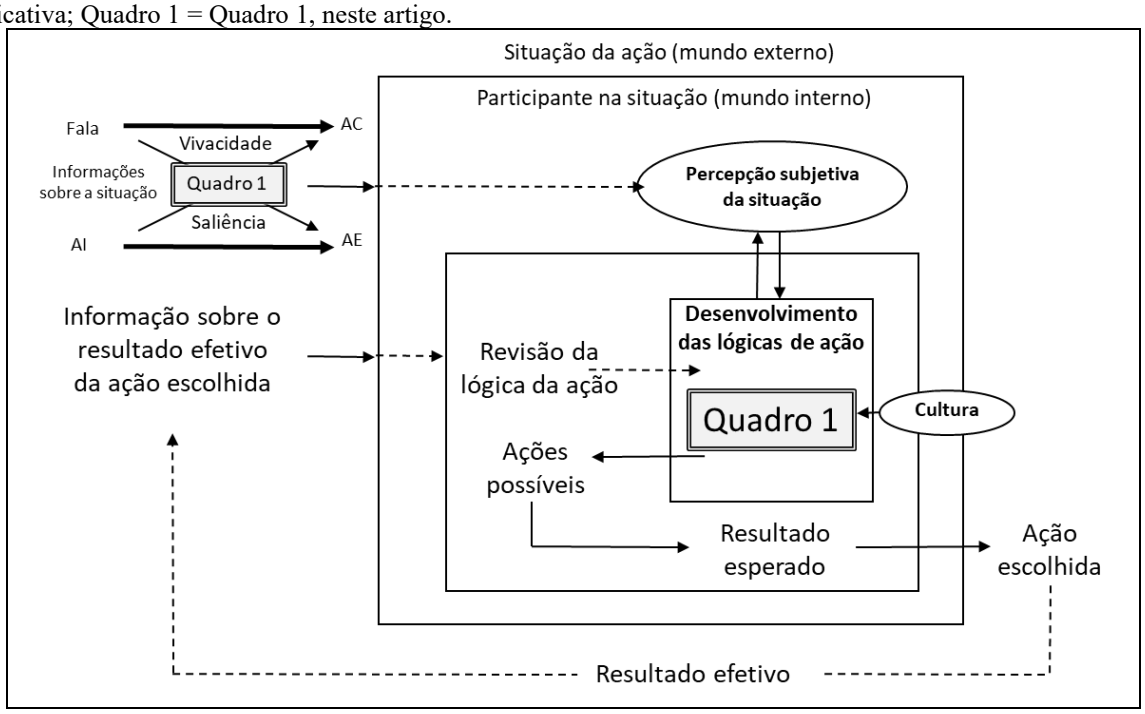
Na Figura 3, a tipologia Habermasiana que relaciona as ações elementares às ações sociais (Figura 2) é integrada ao esquema da Escola de Bloomington para a análise da comunicação em dilemas sociais (ver Figura 1).

Essa integração mantém todas as relações anteriores referentes às trocas comunicativas por meio das quais os agentes revisam seus modelos mentais das relações causais entre ações e resultados. Contudo, ao substituir a concepção monológica (fundacionalista) de justificação pela concepção dialógica, o esquema é ampliado para abrigar a lógica da ação comunicativa (AC), em adição à lógica da ação estratégica (AE), abrindo espaço para a justificação racional dos compromissos normativos (sem necessidade de coerção).

Diante das oportunidades de comunicação, a adoção de um padrão ou outro de interação, tanto quanto a percepção daquilo que seja mais vivaz ou saliente na situação da ação, é dirigida pela lógica

interna das transformações das capacidades sociocognitivas, vis-à-vis a situação presente de cada agente (Quadro 1).

Figura 3: Integração da tipologia de ações de Habermas ao quadro de referência da Escola de Bloomington para análise da relação entre cognição, aprendizagem e mudança institucional: AI = ação instrumental; AE = ação estratégica; AC = ação comunicativa; Quadro 1 = Quadro 1, neste artigo.



Fonte: configuração dos autores a partir de Ostrom (2005).

4 ESTRATÉGIA EMPÍRICA E RESULTADOS DE PESQUISAS ANTERIORES: CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA (IN)COMENSURABILIDADE DAS NARRATIVAS EM FACE DA CRISE SANITÁRIA

Os efeitos da comunicação em dilemas sociais vêm sendo tradicionalmente investigados por meio de experimentos controlados que simulam problemas de governança de recursos comuns e provisão de bens públicos. Tipicamente, os resultados desses estudos indicam que, de um lado, as oportunidades de comunicação têm impacto visível na melhoria da governança daquelas interações, mas que, de outro, essas melhoras se mantêm vulneráveis às atitudes individualistas daqueles que não honram os compromissos firmados verbalmente, isto é, sem coerção (Ostrom *et al*., 2003).

A adesão tácita à tese do não-cognitivismo moral tem impedido a visão dos pesquisadores quanto ao interesse de utilizar modelos de desenvolvimento sociocognitivo, a exemplo do Quadro 1, para prever as atitudes díspares dos participantes em face da comunicação em dilemas sociais. Em uma exceção notável, Meyer (2010) reporta resultados que corroboram a previsão Habermasiana quanto as capacidades requeridas para se resolver dilemas de ação coletiva, comunicativamente. Empregando um modelo de desenvolvimento hierárquico de *memes valorativos* (*vMemes*), em que as atitudes individualista e coletivista se alternam dialeticamente, o autor mostrou que as chances de resolver

dilemas social comunicativamente estão positivamente correlacionadas às estruturas sociocognitivas pós-convencionais.

Em tempos de "pós-verdade" e terraplanismo a impressão é que, como disse Latour acerca do movimento antivacina em entrevista ao *El País*, "os fatos não servem para nada" (Latour, 2019). Mas o que se esconde por trás de modelos mentais incomensuráveis talvez seja o fato epistemológico de que a nossa capacidade de justificar crenças e valores realmente não tem nada a ver com referências ao mundo físico, sendo primariamente um fenômeno dialógico, na linha da crítica de Habermas.

Em vez de um relativismo exacerbado que sustenta a incomensurabilidade das narrativas, a visão Habermasiana acerca de uma lógica interna de transformação das estruturas sociocognitivas abre caminho para a previsão e a explicação das escolhas discrepantes dos agentes em face dos mesmos incentivos, controlados experimentalmente. No contexto das crises sanitárias, essa parece ser uma estratégia promissora para avançar no conhecimento e na formulação de estratégias de comunicação capazes de vencer a resistência de certos grupos às medidas necessárias ao controle da doença, ou de tantas outras crises e conflitos que emergem da aparente incomensurabilidade dos valores e visões de mundo.

REFERÊNCIAS

ALIGICA, P.D.; BOETTKE, P.J. Challenging Institutional Analysis and Development: The Bloomington School. London: Routledge, 2009. 168 p.

BAIARD, A. Elinor Ostrom: a premiação da visão unificada das ciências humanas. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 61, p. 203-216, 2011.

BALLIET, D. Communication and Cooperation in Social Dilemmas: A Meta-Analytic Review. Journal of Conflict Resolution, v. 54, n. 1, p. 39-57, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0022002709352443. Acesso em: 15 ago. 2021.

BICCHIERI, C.; LEV-ON, A. Computer-Mediated Communication and Cooperation in Social Dilemmas: An Experimental Analysis. Politics, Philosophy & Economics, v. 6, n. 2, p. 139-168, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1470594X07077267. Acesso em: 15 ago. 2021.

BOCHET, O.; PUTTERMAN, L. Not Just Babble: Opening the Black Box of Communication in a Voluntary Contribution Experiment. SSRN Electronic Journal, 2008. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=1220397. Acesso em: 15 ago. 2021.

BOWLES, S. The Moral Economy: Why Good Incentives are no Substitute for Good Citizens. New Haven: Yale University Press, 2016. 272 p.

BOWLES, S.; GINTIS, H. Prosocial emotions. Santa Fe Institute, Working Paper, n. 28, 2002.

BOYD, R.; RICHERSON, P.J. Punishment allows the evolution of cooperation (or anything else) in sizable groups. Ethology and Sociobiology, v. 13, n. 3, p. 171-195, 1992.

BOYD, R.; RICHERSON, P.J. Group selection among alternative evolutionary stable strategies. Journal of Theoretical Biology, v. 145, n. 3, p. 331-342, 1990.

CAMERER, Colin F. Behavioral Game Theory: Experiments in Strategic Interaction. Princeton: Princeton University Press, 2003. 568 p.

CARDENAS, J. C.; AHN, T. K.; OSTROM, E. Communication and Co-Operation in a Common-Pool Resource Dilemma: A Field Experiment. In: HUCK, S. (ed.). Advances in Understanding Strategic Behaviour: Game Theory, Experiments, and Bounded Rationality. London: Palgrave Macmillan, 2004. p. 258-286.

CHIARAVALLOTI, R. M. O dilema do isolamento: como a ciência ajuda nessa decisão. Nexo, 2020. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/O-dilema-do-isolamento-como-a-ci%C3%AAncia-ajuda-nessa-decis%C3%A3o. Acesso em: 15 ago. 2021.

DENZAU, A.T.; NORTH, D.C. Shared mental models: ideologies and institutions. In: LUPIA, A.; McCUBBINS, M. D.; POPKIN, S. L. (eds.). Elements of reason – cognition, choice, and the bounds of rationality. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 23-46.

FONTES, F. F. O que é virada linguística? Trivium: Estudos Interdisciplinares, ano XII, ed. 2, p. 3-17, 2020.

FROHLICH, N.; OPPENHEIMER, J.A. Choosing: A Cognitive Model of Economic and Political Choice. Winnipeg, MB: University of Manitoba, Faculty of Management, Working Paper, 2001.

HABERMAS, J. Pensamento pós-metafísico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990a. 271 p.

HABERMAS, J. Moral consciousness and communicative action. Cambridge, MA: MIT Press, 1990b. 225 p.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. Science, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARSANYI, J. C.; SELTEN, R. A General Theory of Equilibrium Selection in Games. Cambridge: MIT Press, 1988. 396 p.

HARRING, I.; JAGERS, S. C.; LÖFGREN, Å. Covid-19: Large-scale collective action, government intervention, and the importance of trust. World Development, v. 138, p. 105236, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105236.

HEATH, J. Communicative Action and Rational Choice. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. 363 p.

KOVAC, M.; ELKANAWATI, A.; GJIKOLLI, V.; VANDENBERGHE, A-S. The Covid-19 Pandemic: Collective Action and European Public Policy Under Stress. Law & Economics of Covid-19. Working Paper Series, Rochester, 3(Apr), p. 1-21, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3573417. Acesso em: 15 ago. 2021.

LATOUR, B. O Sentimento de perder o mundo, agora, é coletivo. El País, 31 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/internacional/1553888812_652680.html. Acesso em: 15 ago. 2021.

LATOUR, B. Os estados (da natureza) entre guerra e paz. In: LATOUR, B. Diante de gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu, 2020. p. 345-397.

LUNN, P. D.; BELTON, C. A.; LAVIN, C.; MCGOWAN, F. P.; TIMMONS, S.; ROBERTSON, D. A. Using Behavioral Science to Help Fight the Coronavirus. Journal of Behavioral Public Administration, v. 3, n. 1, p. 1-37, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.30636/jbpa.31.147.

MAARAVI, Y.; LEVY, A.; GUR, T.; CONFINO, D.; SEGAL, S. The Tragedy of the Commons: How Individualism and Collectivism Affected the Spread of the COVID-19 Pandemic. Frontiers in Public Health, v. 11, p. 627559, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.627559. Acesso em: 02 set. 2021.

MAK, V.; RAPOPORT, A. The Price of Anarchy in Social Dilemmas: Traditional Research Paradigms and New Network Applications. Organizational Behavior and Human Decision Processes, v. 120, n. 2, p. 142-153, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2012.06.006. Acesso em: 15 ago. 2021.

MANTZAVINOS, C.; NORTH, D.C.; SHARIQ, S. Learning, institutions, and economic performance. Perspectives on Politics, v. 2, n. 1, p. 75-84, 2004.

MARCONDES FILHO, C. Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política. Uma discussão com José Luís Braga. Matrizes, v. 5, n. 1, p. 169-178, 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38314. Acesso em: 4 jul. 2022.

MARCONDES FILHO, C. Hora de reescrever as teorias da comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 28, Porto Alegre, RS. Anais... Porto Alegre: COMPÓS, 2019.

MEYER, L. F. F. Isolamento social e a tragédia dos comuns: uma abordagem sistêmica. In: SENHORAS, E. M. (org.). Covid-19: consequências econômicas e organização social. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 1-13. ISBN 978-65-5983-336-8. DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.368210508.

MEYER, L. F. F. The Commons dilemma revisited: an experimental inquiry linking trustworthiness, moral conscience, and willingness to cooperate. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2010. 297 p.

NOWAK, M.; HIGHFIELD, R. Super Cooperators: Evolution, Altruism and Human Behaviour (or Why We Need Each Other to Succeed). Melbourne: Text Publishing, 2011. 330 p.

OSTROM, E. The Challenge of Crafting Rules to Change Open Access Resources into Managed Resources. In: TEIXEIRA, E. C.; BRAGA, M. J. (eds.). Instituições e Desenvolvimento Econômico. Viçosa: Departamento de Economia Rural/Universidade Federal de Viçosa, 2007. p. 285-333.

OSTROM, E. Understanding institutional diversity. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005. 376 p.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J.M. Rules, games, and common-pool resources. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002. 369 p.

OSTROM, E.; WALKER, J. Trust & Reciprocity: Interdisciplinary Lessons from Experimental Research. New York: Russell Sage Foundation, 2003. 409 p.

OSTROM, V. Some Ontological and Epistemological Puzzles in Policy Analysis. Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Bloomington, IN: Indiana University, Working Paper W82-16, 1991.

SEFTON, M.; SHUPP, R.; WALKER, J. M. The Effect of Rewards and Sanctions in Provision of Public Goods. Economic Inquiry, v. 45, n. 4, p. 671-690, 2007. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1022728. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, M. F. G. da. Uma História Sobre Pandemia (Covid-19), Isolamento e Fundamentos Microeconômicos de Políticas Públicas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 25, n. 80, p. 1-11, 2020. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/81290. Acesso em: 15 ago. 2021.

SIMON, H. A. A Behavioral Model of Rational Choice. Quarterly Journal of Economics, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.